

## Demografia e pobreza audiovisual em localidades remotas no interior do Brasil<sup>1</sup>

Sonia Virgínia MOREIRA<sup>2</sup>  
Cézar Franco dos Santos MARTINS<sup>3</sup>  
Nélia Rodrigues DEL BIANCO<sup>4</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Universidade de Brasília – UnB

### RESUMO

O artigo apresenta os primeiros resultados de análise do audiovisual coletados pela pesquisa Regiões de Sombra e de Silêncio no Audiovisual e nas Telecomunicações no Brasil desenvolvida desde 2019 com apoio do CNPq. A metodologia para sistematizar as particularidades locais-regionais corresponde às faixas do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) Baixo e Muito Baixo formadas por 1.399 município. O estudo mostra a real dimensão de silêncio no audiovisual em localidades periféricas sem canais de rádio, televisão aberta, retransmissoras de rádio e retransmissoras de TV analógicas e digitais em operação. Examina as interseções da comunicação com a geografia e a economia para contextualizar no território brasileiro o perfil dos lugares analisados. Os resultados confirmam o que podemos chamar de *pobreza audiovisual* em espaços de sombra e de silêncio, encontrados em diferentes extensões, com predomínio dos municípios no Nordeste e no Norte com até 20 mil habitantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Radiodifusão; Pobreza Multidimensional; Regiões de Sombra; Regiões de Silêncio.

País com maior extensão territorial na América do Sul (8,5 milhões de km<sup>2</sup>), o Brasil é também o mais populoso (210,3 milhões de habitantes). O Censo de 2022 mostrou que essa população morava em 5.570 municípios, sendo que mais da metade (124,1 milhões) vivia em concentrações urbanas hierarquizadas em municípios de porte médio (100 mil-500 mil habitantes), em metrópoles regionais (principalmente capitais), em metrópoles nacionais como Rio de Janeiro e Brasília e na Grande Metrópole Nacional, São Paulo, então com 11,5 milhões de habitantes (IBGE, 2023). Em contraste com as

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no 10º Colóquio Brasil-Estados Unidos de Estudos da Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP), professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora da pesquisa Regiões de Sombra e de Silêncio no Audiovisual e nas Telecomunicações no Brasil, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq 2019-2025. E-mail: [soniavm@gmail.com](mailto:soniavm@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [cezarfsmartins1997@gmail.com](mailto:cezarfsmartins1997@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP), professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. E-mail: [neliadelbianco@gmail.com](mailto:neliadelbianco@gmail.com)

maiores aglomerações urbanas estavam 2.495 municípios (44,8%) com até 10 mil habitantes, onde viviam 12,8 milhões pessoas (Agência IBGE, 2023).

No entanto, parte expressiva dos municípios classificados como de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Baixo e Muito Baixo correspondem a diferentes níveis do Índice de Pobreza Multidimensional-IPM, elaborado pela Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI) e adotado pelo Pnud em 2010. Criado pelo economista indiano Amartya Sen, o IPM mede condições de carência que vão além da análise monetária para incluir outros tipos de escassez, como saneamento básico, saúde, educação e moradia, e graus de inclusão/exclusão digital e informacional (SEN, 2000). A exclusão comunicacional compreende também acesso precário à internet e à telefonia. Nessa perspectiva do diagnóstico multidimensional para mensurar a pobreza informacional, a radiodifusão surge como elemento a ser considerado porque interfere na capacidade de acesso à comunicação, à informação e à cultura.

A metodologia da pesquisa envolveu a análise dos municípios com IDHM Baixo e Muito Baixo, utilizando dados de fontes públicas como o IBGE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Na faixa do IDHM baixo foram identificados 1.367 municípios que somam 21,6 milhões de pessoas e 32 municípios na faixa de IDHM Muito Baixo todos estão localizados em nove estados das regiões Norte (18) e Nordeste (14) (IBGE, 2022). Os municípios com IDHM Baixo estão distribuídos em 22 estados que possuem pelo menos um município nessa classificação. A maior incidência de municípios está na região Nordeste (80,3%). O estudo focou em examinar a disponibilidade da radiodifusão nesses municípios, identificando as regiões de silêncio, onde os sinais de rádio e TV são escassos ou inexistem.

A fundamentação teórica do estudo se baseia em diversos conceitos chave. A pobreza multidimensional, introduzida por Amartya Sen, foi adaptada para compreender a pobreza audiovisual. Autores como Santos (2006) e Santos e Silveira (2003) abordam a relação entre comunicação e desigualdade, enquanto Lobato Corrêa (2011) e Moreira Junior (2013) discutem as especificidades das pequenas cidades brasileiras. Além disso, Barrantes (2007) traz a ideia de pobreza digital, expandida neste estudo para a pobreza audiovisual. As políticas públicas brasileiras, como a Lei 9.612/1998 (que criou a Radiodifusão Comunitária), e a Lei 13.649/2018 (que regulamentou a Retransmissão de

---

Rádio na Amazônia Legal) são analisadas, sendo estas iniciativas importantes para mitigar a exclusão comunicacional.

O estudo revela uma disparidade na distribuição de canais de radiodifusão no Brasil. De acordo com os dados, existem 33.685 canais de rádio e TV no país, mas 585 municípios não têm qualquer concessão para esses meios. Dentre os 1.399 municípios com IDHM Baixo e Muito Baixo, 490 não possuem canais de radiodifusão (476 deles de IDHM Baixo e 14 de IDHM Muito Baixo), o que representa uma significativa ausência de mídia. A maior concentração desses municípios está nas regiões Norte e Nordeste, onde a situação é mais crítica. A análise geográfica mostra que o Nordeste é o mais afetado, com 62% dos municípios do Piauí sem emissoras de rádio e TV.

Os resultados indicam necessidade urgente de políticas públicas que promovam a inclusão audiovisual em áreas com IDHM baixo e muito baixo. A pesquisa sugere que, além da distribuição das concessões de radiodifusão ser desigual, as emissoras comerciais predominam nas grandes cidades, deixando as pequenas e remotas sem infraestrutura adequada. A falta de uma política nacional estruturada, com apoio financeiro e assistência técnica para a criação de emissores públicos e comunitários, é uma das principais causas dessa exclusão. Para superar a pobreza audiovisual, é necessário adotar medidas mais assertivas, como o fortalecimento de iniciativas como a Radiodifusão Comunitária e a Retransmissão de Rádio, priorizando as áreas mais vulneráveis. O fortalecimento da radiodifusão pública e a criação de mais canais em municípios de baixo IDHM são essenciais para garantir que a população de todas as regiões do Brasil tenha acesso à informação e à cultura, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica.

## REFERÊNCIAS

ANATEL. Painéis de Dados – Radiodifusão. Brasília: Anatel, 2025. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/radiodifusao>

ANATEL. Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018. Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal. Disponível em: [https://anatellegis.datalegis.net/action/TematicaAction.php?acao=abrirVinculos&cotematica=15725036&cod\\_menu=8304&cod\\_modulo=567](https://anatellegis.datalegis.net/action/TematicaAction.php?acao=abrirVinculos&cotematica=15725036&cod_menu=8304&cod_modulo=567)

BARRANTES, R. Analysis of ICT Demand: What is Digital Poverty and How to Measure It? In: Hernan Galperin and Judith Mariscal, **Digital Poverty: Latin American and Caribbean Perspectives**. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2007.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP** – Espaço e Tempo nº 30, 2011, p. 5-12.

IBGE. **Projeções da População** – Notas Metodológicas 01/2024 Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em 14/05/2025 em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102111.pdf>

IBGE. De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões. **Agência IBGE**, 27/10/2023. Disponível em 10/05/2025 em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237>

IBGE. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em 05/06/2025 em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

MCOM-ANATEL. Outorgas de Radiodifusão Sonora Comunitária – RADCOM. Ministério das Comunicações, 04/07/2025.

MCOM-ANATEL. Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal – RTR. Ministério das Comunicações, 04/07/2025.

MOREIRA JUNIOR, O. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP** – Espaço e Tempo (Online), v. 17, n. 3, 2013, p. 19-33. Acesso em 06/04/2024 em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75435>

PNUD. 2024 Global Multidimensional Poverty Index (MPI). Disponível em <https://hdr.undp.org/content/2024-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção (4ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI (5ª ed.). Rio de Janeiro, Record, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

